

SECRETARIA MUN DE SERV PUBLICOS PRES KENNEDY

Termo de Referência 14/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2025	930637-SECRETARIA MUN DE SERV PUBLICOS PRES KENNEDY	JOCIMARA BARRETO CHAVES	17/06/2026 14:37 (v 0.34)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	8/2025	28477/2025

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa Especializada nos Serviços de Coleta, Transporte e Acondicionamento Temporário de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU, bem como a Locação de Caminhão Caçamba semi-reboque Estacionária.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	UND	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
01	01	COLETA E TRANSPORTE FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES URBANOS. Equipe composta por 01 motorista e 04 coletores com 01 Caminhão coletor compactador de capacidade mínima de 15m³. * 3 rotas diárias: 3 equipes; Frequência de coleta: de segunda a sábado (incluem-se os domingos no período de verão –dez., jan. e fev.- e festividades do município); 01 encarregado e 01 veículo para deslocamento; *conforme descrição técnica do ETP	4358	TON	4000	R\$ 907,23	R\$ 3.628.920,00
		Acondicionamento temporário de resíduos sólidos urbanos e transporte					

	02	para o aterro sanitário com 01 cavalo mecânico caçamba basculante estacionária (SEMI REBOQUE); *conforme descrição técnica do ETP	4358	TON	4000	R\$ 200,30	R\$ 801.200,00
02	01	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS. Equipe composta por 01 motorista e 03 coletores com 01 caminhão baú coletor, equipado com lifter (elevador) para container de 1000 litros; * 3 rotas diárias: 3 equipes; Frequência de coleta: Segunda a sábado (incluem-se os domingos nos períodos de verão -dez. jan. e fev.- e festividades do município); 01 encarregado e 01 veículo para deslocamento; *conforme descrição técnica do ETP	4358	MÊS	12	R\$207.964,12	R\$ 2.495.569,44
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO							R\$ 6.925.689,44

1.2. O presente Termo de Referência tem por finalidade a Contratação de Empresa Especializada nos Serviços de Coleta, Transporte e Acondicionamento Temporário de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU, bem como a Locação de Caminhão Caçamba semi-reboque Estacionária, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Prefeitura de Presidente Kennedy/ES, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.3. O objeto desta contratação é enquadrado como serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. As vigências dos instrumentos contratuais serão celebradas conforme artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato conforme artigo 105 da Lei 14.133/2021;

1.4.1.1. O contrato poderá ser prorrogado em sucessivos períodos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021 por até 10 (dez) anos, a contar da data de sua assinatura.

1.4.2. A contratação é enquadrada como continuada tendo em vista que se trata de serviço essencial para a Administração Pública, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando a economia gerada pela realização de um único certame diante dos gastos que cada processo licitatório representa para a máquina pública. Entretanto, as prorrogações serão precedidas de análise de vantajosidade em momento oportuno;

1.4.3. Deverão ser observadas, no momento da contratação/prorrogação/renovação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual;

1.4.4. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

1.4.5. Nas prorrogações será utilizado o índice do IPCA/IBGE para reajuste.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e reproduzido abaixo:

2.1.1. Em observância ao art. 28 do Decreto nº 03/2024, e art. 18, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, este Estudo Técnico Preliminar visa definir a contratação pública para os serviços de coleta, transporte, acondicionamento temporário de resíduos sólidos urbanos.

2.1.2. Considerando a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assim estabelecendo normas integrada ao gerenciamento e implantação de coleta seletiva diferenciada vários tipos de resíduos sólidos urbanos e sua destinação final ambientalmente adequada, bem como, o apoio e fomento à logística reversa de vários produtos, dentro da responsabilidade compartilhada, como principais instrumentos na redução do quantitativo. Dessa forma, como previsto no art. 30, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 10, da Lei Federal nº 12.305/2010, o serviço de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos é de competência dos municípios.

2.1.3. Ressalta-se que o art. 26 da Lei Federal retromencionada define o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos como responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços.

2.1.4. Considerando que as diretrizes para o manejo diferenciado dos resíduos, as tecnologias para reciclagem e reaproveitamento, entre outras, fazem parte do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – do município, conforme estabelecido na Lei nº 12.305/2010.

2.1.5. Da mesma forma que o Termo de Compromisso Ambiental, TCA 01/2013 MPE/MPT/Município de Presidente Kennedy, assinado e datado de 29 de julho de 2013 com Ministério Público do Estado do Espírito Santo e Ministério do Trabalho, e o Município de Presidente Kennedy, sobre a gestão de resíduos sólidos, no qual prevê a implantação da coleta seletiva em todo o território municipal.

2.1.6. Importante mencionar que os serviços de limpeza pública das ruas e avenidas são classificados como serviço público essencial e necessários para a sobrevivência do grupo social e do próprio Estado, porque visam atender as necessidades inadiáveis da comunidade, conforme estabelece a Lei nº 7.783 /1989. Por tais razões, os serviços públicos desta natureza são regidos pelo princípio da continuidade.

2.1.7. Por tais considerações, revela-se indispensável a contratação de empresa especializada nos serviços de coleta, transporte e acondicionamento temporário de resíduos sólidos urbanos – RSU, bem como a locação de caçamba basculante semi-reboque estacionária.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta no DFD nº 86 /2024, bem como das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 16/2025, apêndice deste Termo de Referência e reproduzido abaixo:

3.1.1. A Secretaria Municipal de Serviços Públicos opta por terceirizar a operacionalidade do serviço de coleta de resíduos orgânicos e seletivos urbanos, e o processo de triagem, por meio de processo licitatório, regido pela legislação federal, Lei nº 14.133/21, tendo em vista, principalmente, a dificuldade em prestar o serviço por falta de mão de obra, máquinas e equipamentos e pelo término do contrato vigente.

3.1.2. Assim a solução proposta consiste na terceirização integral da operacionalidade dos serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e seletivos, abrangendo desde o acondicionamento temporário até o transporte e destinação final ambientalmente adequada.

3.1.3. A empresa contratada será responsável por disponibilizar frota de veículos, mão de obra especializada, equipamentos e caçamba basculante semi-reboque, assegurando a continuidade e eficiência dos serviços, com atendimento às legislações ambientais e de saúde pública vigentes.

3.1.4. Escopo da Solução

- * Coleta regular e seletiva: realização da coleta porta a porta dos resíduos orgânicos e recicláveis, de acordo com cronograma previamente definido;
- * Disponibilização de caçamba basculante semi-reboque: instalação em pontos estratégicos da cidade, para armazenamento temporário e seguro de resíduos;
- * Transporte seguro: uso de caminhões compactadores e/ou poliguindastes licenciados, garantindo a integridade da carga e evitando danos ambientais;
- * Destinação final ambientalmente adequada: encaminhamento dos resíduos para aterros sanitários, unidades de triagem e/ou cooperativas de catadores, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- * Apoio à coleta seletiva: incentivo à segregação na fonte e suporte a programas de reciclagem e inclusão social;
- * Manutenção e higienização: da caçamba basculante semi-reboque, bem como dos veículos e equipamentos utilizados na prestação do serviço.

3.1.5. Justificativa da Solução

3.1.5.1. A terceirização é a alternativa mais viável ao Município, pois:

- * Reduz custos de aquisição e manutenção de frota própria;
- * Diminui encargos trabalhistas e administrativos da gestão direta;
- * Assegura a utilização de tecnologia e práticas atualizadas de gestão de resíduos;
- * Garante eficiência e regularidade do serviço por meio de empresa com capacidade técnica e institucional comprovada;
- * Cumpre integralmente a legislação ambiental, evitando riscos de penalidades.

3.1.6. Resultados Esperados

- * Melhoria da limpeza urbana e da saúde pública;
- * Redução de impactos ambientais por meio da destinação final adequada;
- * Aumento da eficiência operacional com rotas otimizadas e uso de equipamentos adequados;
- * Ampliação da coleta seletiva e fomento à reciclagem, com consequente redução de resíduos destinados a aterros;
- * Transparência e controle do serviço mediante relatórios periódicos de coleta e destinação.

3.1.7. Dessa forma, a contratação se justifica pela necessidade de garantir a regulação contínua e técnica dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, contribuindo diretamente para a proteção da saúde pública, a melhoria da qualidade de vida da população e a sustentabilidade ambiental do município.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os objetos desta contratação não se enquadra como sendo serviços de luxo, conforme Decreto Municipal nº 003 /2024, de 25 de janeiro de 2024.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Da indicação de marcas ou modelos

4.3.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

4.4. Garantia da contratação

4.4.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, será exigida da empresa vencedora a apresentação de garantia para contratação, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas, conferindo proteção ao erário e resguardando a continuidade dos serviços essenciais objeto deste instrumento.

4.4.2. Em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato, a proponente vencedora fica obrigada a apresentar garantia equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global do instrumento contratual.

4.5. Da participação de Consórcios

4.5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem contratados, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de Referência. Entendemos, assim, ser conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame em tela.

4.6. Da participação da Cooperativa

4.6.1. Não será permitida a participação de cooperativa.

4.7. Da Contratante

- a) Emitir “Ordem de Serviços” autorizando o início da execução dos serviços pela contratada;
- b) Vistoriar a frota de equipamentos para a realização dos Serviços anteriormente à emissão da “Ordem de Serviços”;
- c) Fiscalizar permanentemente a execução dos serviços contratados diariamente, acompanhando, auxiliando através de orientações da melhor forma na busca de maior eficiência e produtividade, e por vezes, intervindo quando necessário, a fim de assegurar a regularidade e o fiel cumprimento do contrato, em especial, o cumprimento da proposta técnica contratada;
- d) Aplicar quando for o caso, as penalidades previstas no contrato;
- e) Elaborar as medições e remunerar os serviços contratados na forma, no prazo e demais condições pactuadas;

- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da contratada;
- g) Comunicar a contratada, de imediato, qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços;
- h) Designar FISCAL para o contrato, o qual ficará responsável pela fiscalização;
- i) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendida as obrigações contratuais;
- j) Manifestar-se formalmente em todo os atos relativos à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e repactuações.

4.8. Da Contratada

Constituem-se obrigações da Contratada, sem a essas se limitar, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem:

- a) executar os serviços contratados obedecendo as especificações constantes do Edital, as disposições do Contrato, e demais documentos que o integram as orientações, e os procedimentos disposto nas normas técnicas pertinentes;
- b) Comparecer, sempre que solicitada, à sede da contratante, em horário estabelecido, a fim de receber e fornecer informações, instruções e acertar providências;
- c) Responsabilizar-se por eventuais danos que virem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes da execução deste contrato, seja por ato próprio, seja de seus empregados e/ou prepostos;
- d) Manter em dia um inventário de registro de serviços fornecidos;
- e) Prestar contas da gestão do fornecimento dos serviços à Contratante, sempre que solicitada;
- f) A contratada deverá comprovar o vínculo empregatício dos seus empregados para a prestação dos serviços, de acordo com a CLT, manter atualizados os registros nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e apresentar a documentação comprobatória ao fiscal do contrato, sempre que solicitado;
- g) A contratada fornecerá uniformes e itens de segurança aos seus empregados, conforme padrão, cores e quantitativos estabelecidos pelo contratante, não sendo permitido o repasse dos custos aos empregados;
- h) A contratada, independentemente da atuação do FISCAL do contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento de suas obrigações;
- i) A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;
- j) A Contratada deverá recompor o valor da garantia contratual sempre que a anterior vença ou tenha seu valor reduzido em razão da aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda sempre que ocorrer modificação no valor do presente registro de preços, durante a sua vigência;
- k) A Contratada será vedada, sob pena de rescisão e aplicação de penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes a prestação dos serviços do presente registro de preços;
- l) A contratada deverá disponibilizar frota de veículos e equipamentos compatíveis com a demanda do Município;
- m) Fornecer e instalar caçamba basculante semi-reboque resistentes e de fácil higienização, em Unidade Municipal de Transbordo, para armazenamento temporário dos resíduos;
- n) A contratada deverá promover a coleta regular, transporte seguro e acondicionamento ambientalmente adequada dos resíduos;
- o) A contratada deverá manter atendimento às normas técnicas da ABNT, especialmente quanto à segurança e à integridade no acondicionamento e transporte dos resíduos;
- p) A contratada deverá utilizar rotas otimizadas que promovam eficiência operacional e redução de impactos ambientais.

- q) A contratada deverá atender às normas técnicas da ABNT, especialmente quanto à segurança e à integridade no acondicionamento e transporte dos resíduos;
- r) A contratada deverá possuir frota de veículos devidamente licenciada para transporte de resíduos sólidos urbanos;
- s) A contratada deverá possuir estrutura organizacional compatível com a complexidade dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1. A execução dos serviços será de forma parcelada de acordo com a necessidade e solicitação da CONTRATANTE.

5.1.2. A prestação dos serviços, terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para início da execução, contados da emissão da Ordem de Serviço.

5.1.3. Disponibilização de frota de veículos e equipamentos compatíveis com a demanda do Município.

5.1.4. Fornecimento e instalação de caçamba basculante semi-reboque resistentes (projetada para integrar operações, transporte e comprimir resíduos sólidos urbanos) e de fácil higienização, em Unidade Municipal de Transbordo, para armazenamento temporário dos resíduos.

5.1.5. Coleta regular, transporte seguro e acondicionamento ambientalmente adequada dos resíduos.

5.1.6. Deverá ser providenciada capacitação específica dos agentes designados sobre gerenciamento de RSU, fiscalização contratual, biossegurança e uso dos sistemas de controle.

5.1.7. Deverá ser viabilizada a compatibilidade entre os sistemas da contratada e os sistemas internos da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

5.1.8. Sempre que possível, será previsto o acesso direto da fiscalização de monitoramento em tempo real com registros por unidade, volume, horário e motorista.

5.1.9. A equipe técnica da Secretaria Municipal de Serviços Públicos deverá definir e validar os critérios de medição (em preço fixo mensal), periodicidade de medição (mensal) e documentação comprobatória exigida para fins de liquidação das faturas.

5.2. Atividades a Serem Desenvolvidas

5.2.1. As atividades a serem desempenhadas pela empresa contratada compreendem:

5.2.2. Fornecimento e disponibilização de caçamba basculante semi-reboque para armazenamento temporário na Unidade de Transbordo Municipal;

5.2.3. Coleta regular dos resíduos sólidos;

5.2.4. Armazenar temporariamente os RSU na caçamba basculante semi-reboque;

5.2.5. Transporte adequado até unidades licenciadas de tratamento, transbordo ou destinação final;

5.2.6. Manutenção e higienização periódica da caçamba basculante semi-reboque;

5.2.7. Registro, controle e relatórios periódicos sobre a quantidade de resíduos coletados e destinados.

Dessa forma, as atividades a serem executadas pela contratada contemplará:

- a) exigências necessárias de qualificação técnica da empresa a ser contratada;
- b) número de horas e funcionários necessários para coleta e transporte;
- c) EPIs e uniformes necessários para a equipe de trabalho, bem como a sua durabilidade e qualidade;
- d) Seguirá os quantitativos e custos dos veículos, equipamentos e ferramentas definidos na planilha de custos;
- e) BDI (Bonificações e despesas indiretas) aplicado sobre os custos diretos definidos na planilha de custos;
- f) Cumprir com a planilha de custos com base nos dados levantados.

5.3. TIPO DE VEÍCULO DE COLETA

5.3.1. As coletas deverão ser realizadas em período diurno e noturno com a frequência de seis vezes na semana, atendendo todas as rotas necessárias para coleta de resíduos sólidos pelo território do município. Ressaltando que durante o período de verão (dezembro, janeiro e fevereiro) será acrescentado rota no domingo, razão disso a margem de segurança na composição de custo.

5.3.2. O serviço de coleta orgânica e seletiva deverá ser executado com a utilização de 6 (seis) caminhões coletores, sendo 03 (três) compactadores para a coleta de lixo e 03 (três) caminhões baús para a coleta seletiva, que serão destinados em rotas diárias com cronograma fixado pela manhã (2 equipes) e de tarde (1 equipe).

5.3.3. A empresa a ser contratada deverá apresentar a documentação dos veículos/equipamentos a serem utilizados para a prestação dos serviços. Caso não seja proprietária deverá apresentar contrato de locação, com reconhecimento de firma das partes, acompanhado da documentação do veículo/equipamento.

5.3.4. A empresa deve dispor de caminhões do tipo compactadores com capacidade de no mínimo 15m³, estes equipamentos, que deverão ser estanques e ter compartimento de, no mínimo, 100 litros para armazenamento dos líquidos gerados pela compactação (chorume).

5.3.5. Será necessário caminhão baú com plataforma elevatória para a coleta de recicláveis e para a destinação dos resíduos sólidos a caçamba basculante semi- reboque estacionária para armazenamento temporário dos resíduos.

5.3.6. É obrigatório cobrir a caçamba do caminhão, como medida de segurança para evitar a queda de carga, conforme Resolução nº 441 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), de 2013, que exige o uso de lonas ou telas resistentes que cubram toda a carga durante o transporte. Também será obrigatório um dispositivo de segurança sonoro e um laudo de segurança veicular (CSV) para o licenciamento dos veículos, para evitar acidentes por acionamento involuntário da caçamba conforme a Resolução nº 859/2021.

5.4. SETORES DE COLETA

5.4.1. A coleta de resíduos sólidos domiciliares deverá ser efetuada em todas as vias públicas do município. Os serviços de coleta deverão ser executados obedecendo aos roteiros planejados, adequados ao sistema viário de forma a conferir uma constância de horários de atendimento em cada domicílio e garantir confiabilidade na completa abrangência.

5.4.2. Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros operacionais, para cada setor de coleta:

- a) Setor de coleta referenciada em relação ao centro do município;
- b) Distância entre o setor de coleta e o ponto de descarga no centro de triagem (Unidade Municipal de Transbordo;
- c) Extensão total de cada roteiro de coleta, com o respectivo mapa.

5.4.3. Os percursos de coleta de lixo e coleta seletiva serão geridos por **3 equipes diárias**, sendo 2 equipes (1 caminhão compactador (1 motorista + 4 coletores) e 1 caminhão baú (1 motorista + 3 coletores) cada equipe) no horário de 05:00 à 14:00 e mais 1 equipe (1 caminhão compactador (1 motorista + 4 coletores) e 1 caminhão baú (1 motorista e 3 coletores)) no horário de 13h às 22h.

5.4.3.1. Abaixo imagem da área territorial o município de Presidente Kennedy:

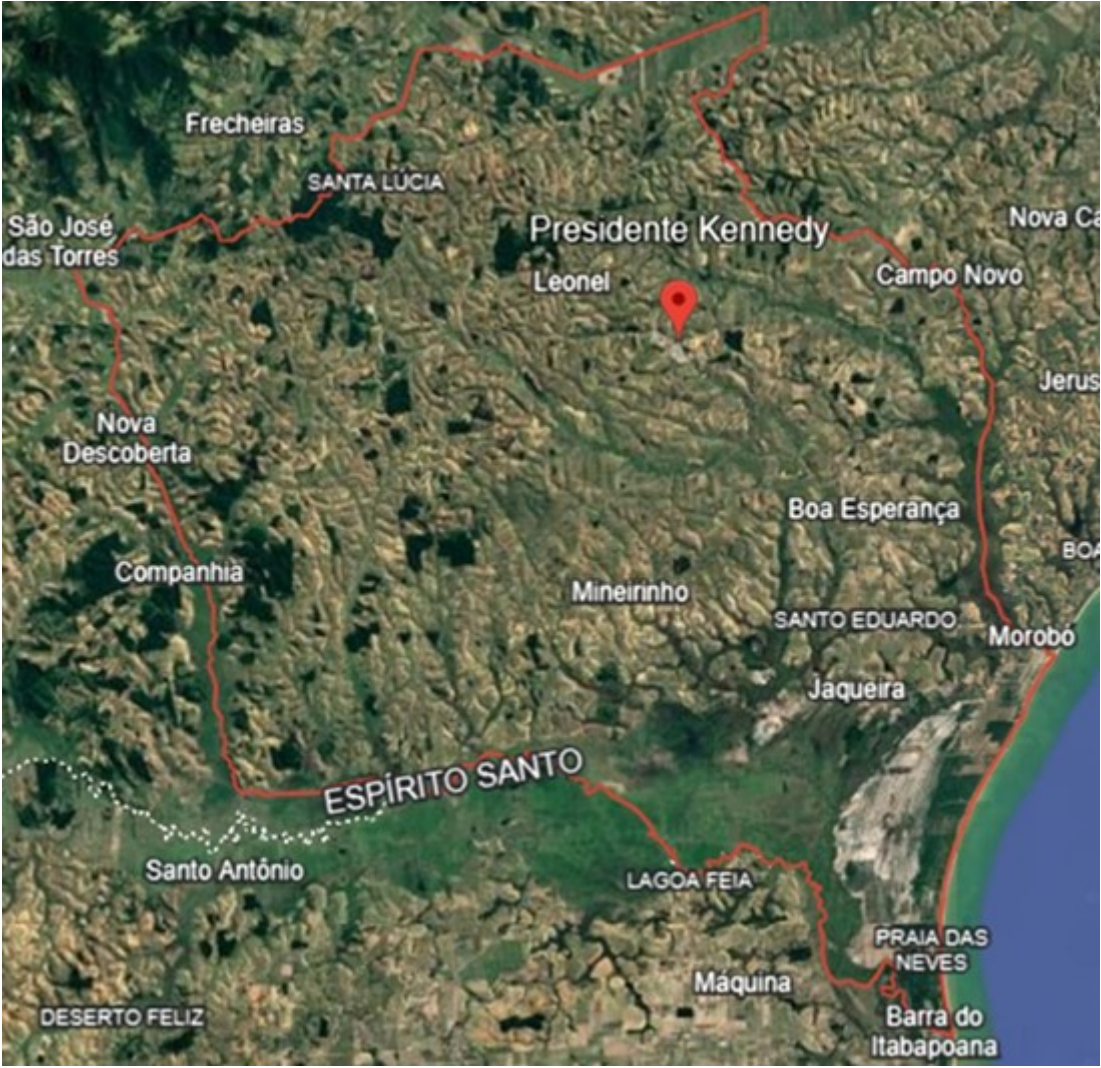


Imagem 01 - área territorial de 594,897km².

5.4.3.1. As rotas deverão desenvolver-se dentro dos limites de zona de coleta, e cada um corresponderá à atividade de uma equipe, dentro de um turno de coleta. Os veículos deverão se deslocar nos circuitos em marcha reduzida, realizando paradas sempre que necessário, no sentido de evitar correrias que gerem descuidos com a qualidade dos serviços e/ou com a segurança da equipe e de terceiros.

Rota 1 (MATUTINA):

ROTAS DE COLETA DE RESIDUOS DOMICILIARES		
ROTA 1		
ROTA/KM (QUILOMETRAGEM ESTABELECIDA POR VEICULO)	BAIRROS/LOCALIDADES	FREQUENCIA
107 KM ESTIMADO	SEDE	SEGUNDA-FEIRA
	SÃO SALVADOR	
	ALTO LIBERDADE	
	JIBOIA	
	TRANSBORDO	
	CACIBINHA	
	CRIADOR	
	MAROBÁ	
	NOVA MAROBÁ	
	TRANSBORDO	

94 KM ESTIMADO	SEDE	TERÇA-FEIRA
	ALEGRIA	
	LEONEL 02	
	TRANSBORDO	
	SÃO PAULO	
	CABRAL	
	ÁGUA PRETA	
	SANTA LUCIA	
	SÃO JOÃO DOS LAGOS	
	TRANSBORDO	
113 KM ESTIMADO	SEDE	QUARTA-FEIRA
	DOIS CORAÇÕES	
	SÃO SALVADOR	
	PEDRA QUE MELA	
	TRANSBORDO	
	AROEIRA	
	CANTINHO DO CÉU	
	BOA ESPERANÇA	
	MAROBÁ	
	MAROBÁ NOVA	
TRANSBORDO		
171 KM ESTIMADO	SEDE	QUINTA-FEIRA
	ALEGRIA	
	SÃO PAULO	
	CAXETA	
	ÁGUA PRETINHA	
	SANTA LUCIA	
	TRANSBORDO	
	DONA FIOTA	
	REBENTÃO	
	GROMOGOL	
	POÇO FUNDO	
	SERROTE 1 E 2	
	SÃO GREGÓRIO DOS GALOS	
	CANCELAS	
TRANSBORDO		
98 KM ESTIMADO	SEDE	SEXTA-FEIRA
	COMISSÃO	
	CAMPO NOVINHO	
	SIRICÓRIA	
	SÃO SALVADOR	
	DOIS CORAÇÕES	
	TRANSBORDO	
	CACIMBINHA	
	CRIADOR	
	MAROBÁ NOVA	

	MAROBÁ	
	TRANSBORDO	
72 KM ESTIMADO	SEDE	SÁBADO
	LEONEL 1	
	SÃO PAULO	
	TRANSBORDO	
MESES DEZEMBRO, JANEIRO, FEVEREIRO		
54 KM ESTIMADO	SEDE	DOMINGO
	MAROBÁ	
	NOVA MAROBÁ	
	TRANSBORDO	

Rota 2 (MATUTINA):

ROTAS DE COLETA DE RESIDUOS DOMICILIARES		
ROTA 2		
ROTA/KM (QUILOMETRAGEM ESTABELECIDADA POR VEICULO)	BAIRROS/LOCALIDADES	FREQUENCIA
77 KM ESTIMADO	SEDE	SEGUNDA-FEIRA
	SANTANA FELIZ	
	SANTO EDUARDO	
	TRANSBORDO	
	TÁBUA	
	JAQUEIRA	
	AREINHA	
	MAROBÁ	
	TRANSBORDO	
135 KM ESTIMADO	SEDE	TERÇA-FEIRA
	MINEIRINHO	
	FAZENDINHA	
	CAMUNDONGO	
	SÃO BENTO	
	CAMPINAS	
	PESQUEIRO	
	TRANSBORDO	
	CERUDE	
	SANTA MARIA	
	MONTE BELO	
	CAMPO NOVO	
	TRANSBORDO	
98 KM ESTIMADO	SEDE	
	SANTANA FELIZ	
	SANTO EDUARDO	
	TRANSBORDO	
	PRAIA DAS NEVES	QUARTA-FEIRA
	TABUÁ	
	JAQUEIRA	

	AREINHA	
	ATERRO DO LIMÃO	
	TRANSBORDO	
137 KM ESTIMADO	SEDE	QUINTA-FEIRA
	MINEIRINHO	
	FAZENDINHA	
	CAMUNDONGO	
	SERRINHA	
	SÃO BENTO	
	TRANSBORDO	
	GUARULHOS	
	BELA VISTA	
	CAETÉS	
	BOM JARDIM	
	PEDRA BRANCA	
	PINGO DE OURO	
	TRANSBORDO	
97 KM ESTIMADO	SEDE	SEXTA-FEIRA
	SANTO EDUARDO	
	TRANSBORDO	
	SANTUARIO DAS NEVES	
	PRAIA DAS NEVES	
	LOTEAMENTO DO SOL E MAR	
	TABUÁ	
	JAQUEIRA	
	AREINHA	
	ATERRO DO LIMÃO	
	MAROBAZINHO	
	TRANSBORDO	
52 KM ESTIMADO	SEDE	SÁBADO
	SANTANA FELIZ	
	CAMPO NOVO	
	TRANSBORDO	
MESES DEZEMBRO, JANEIRO, FEVEREIRO		
73 KM ESTIMADO	SEDE	DOMINGO
	PRAIA DAS NEVES	
	CHALÉS	
	TRANSBORDO	

Rota 3 (VESPERTINA):

ROTAS DE COLETA DE RESIDUOS DOMICILIARES		
ROTA 3		
ROTA/KM (QUILOMETRAGEM ESTABELECIDADA POR VEICULO)	BAIRROS/LOCALIDADES	FREQUENCIA
	MAROBÁ	

84 KM ESTIMADO	CAMPO NOVO	SEGUNDA-FEIRA
	TABUA	
	JAQUEIRA	
	SANTO EDUARDO	
	SANTANA FELIZ	
	TRANSBORDO	
	KENNEDY SEDE	
	SÃO PAULO	
	TRANSBORDO	
87 KM ESTIMADO	MAROBÁ	TERÇA-FEIRA
	CRIADOR	
	CACIMBINHA	
	ARUEIRA	
	SANTO EDUARDO	
	TRANSBORDO	
	KENNEDY SEDE	
	SÃO PAULO	
	TRANSBORDO	
79 KM ESTIMADO	MAROBÁ	QUARTA-FEIRA
	CAMPO NOVO	
	TABUA	
	JAQUEIRA	
	SANTO EDUARDO	
	SANTANA FELIZ	
	TRANSBORDO	
	KENNEDY SEDE	
	SÃO PAULO	
	TRANSBORDO	
75 KM ESTIMADO	MAROBÁ	QUINTA-FEIRA
	CAMPO NOVO	
	JAQUEIRA	
	AREINHA	
	SANTO EDUARDOO	
	SANTANA FELIZ	
	TRANSBORDO	
	KENNEDY SEDE	
	SÃO PAULO	
	TRANSBORDO	
83 KM ESTIMADO	MAROBÁ	SEXTA-FEIRA
	CAMPO NOVO	
	JAQUEIRA	
	AREINHA	
	SANTO EDUARDO	
	SANTANA FELIZ	
	TRANSBORDO	
	KENNEDY SEDE	

		SÃO PAULO	
		TRANSBORDO	
75 KM ESTIMADO	MAROBA		SÁBADO
	JAQUEIRA		
	SANTO EDUARDO		
	SANTANA FELIZ		
	TRANSBORDO		
	KENNEDY		
	SÃO PAULO		
	TRANSBORDO		

A quilometragem percorrida diariamente gera a média das rotas é de 96,3km, conforme as medições atuais.

5.5. PISO SALARIAL E CONVENÇÕES COLETIVAS

5.5.1. As propostas por parte da empresa devem estar de acordo com os salários determinados nas planilhas orçamentárias, também se recomenda previsão, no edital e no contrato que a repactuação da parcela de mão de obra será realizada a partir dos índices das Convenções Coletivas em suas datas-bases.

5.6. FATOR DE UTILIZAÇÃO

5.6.1. É o percentual que a força de trabalho da mão de obra e que a disponibilidade dos veículos e equipamentos ficam envolvidos com a prestação dos serviços contratados. É calculado em função das horas trabalhadas por semana nesta execução contratual. Quando o serviço de coleta de resíduos sólidos utilizar todas 44 horas de trabalho semanais dos empregados da empresa (turno integral), o fator de utilização é 100%.

5.6.2. O Fator de Utilização é calculado pela divisão das horas semanais trabalhadas por 44 horas, destacando-se que estas respondem pela integralidade da jornada semanal.

- Planilha com os horários dos funcionários da coleta orgânica e seletiva. Periodicidade: segunda à sábado:

QTD	CARGO	DIAS	ENTRADA	SAÍDA	TOTAL DE HORAS SEMANAIS
21	COLETOR	SEG À SEX	Equipe 1 e 2 MATUTINA 05:00m	Equipe 1 e 2 MATUTINA 14:00m	40h/s
			Equipe 3 VESPERTINA 13h	Equipe 3 VESPERTINA 22h	
		SÁBADO	Equipe 1 e 2 MATUTINA 05h	Equipe 1 e 2 MATUTINA 09h	4h/s
			Equipe 3	Equipe 3	

			VESPERTINA 14h	VESPERTINA 18h	
06	MOTORISTA	SEG À SEX	Equipe 1 e 2 MATUTINA 05h	Equipe 1 e 2 MATUTINA 14h	40h/s
			Equipe 3 VESPERTINA 13h	Equipe 3 VESPERTINA 22h	
		SÁBADO	Equipe 1 e 2 MATUTINA 05h	Equipe 1 e 2 MATUTINA 09h	4h/s
			Equipe 3 VESPERTINA 14h	Equipe 3 VESPERTINA 18h	4h/s

- 2 turnos: manhã e de tarde.
- 2 equipes no turno matutino e 1 equipe na vespertina, totalizando 3 equipes
- Cada equipe 2 caminhões, sendo 1 caminhão compactador composto com 1 motorista e 4 coletores, e 1 caminhão baú composto com 1 motorista e 3 coletores.
- O item 2 do lote 1 possui 1 motorista que irá operar no transporte do RSU à destinação final.
- **SUBSTITUIÇÃO:** Importante registrar que, como medida de segurança para evitar a descontinuidade dos serviços públicos, devendo proceder, sempre que necessário, à substituição imediata dos profissionais alocados, nos casos de férias, licenças, afastamentos ou quaisquer outras situações que impliquem em ausência temporária ou definitiva do funcionário originalmente designado. A substituição deverá ser realizada por profissional de qualificação técnica equivalente ou superior, sem prejuízo da qualidade e da regularidade da prestação dos serviços, de modo a não ocasionar qualquer descontinuidade ou interrupção das atividades.
- **ROTAS AOS DOMINGOS:** no período de verão será acrescentada rotas diante do aumento expressivo de geração de resíduos. O Município é localizado no litoral do sul do estado recebendo turistas no verão

5.7. ADICIONAL DE HORA-EXTRA

5.7.1. A Convenção Coletiva de Trabalho dos coletores prevê que as horas extras trabalhadas serão remuneradas com o acréscimo definidos nas tabelas de salários, ou seja, 50% para as horas extras trabalhadas em dias normais, e de 100% para as horas trabalhadas aos domingos e feriados. (CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA).

5.7.2. A Convenção Coletiva de Trabalho dos motoristas possui a previsão de 50% para as horas extras trabalhadas em dias normais, e de 100% para as horas trabalhadas aos domingos e feriados. (CLÁUSULA NONA).

5.7.3. O Edital deverá prever horas extras para o serviço que devem ser consideradas de acordo com as equipes necessárias ao cumprimento das coletas em dias específicos, em casos de situações atípicas como feriados prolongados, festividades, alta temporada de verão, caso fortuito e emergencial.

5.7.4. Assim, fica definido as horas extras o limite de 40h mensais, sendo direcionado 20h para 50% e 20h para 100%.

HORAS MENSAIS	PERCENTUAL
20h	50%
20h	100%

5.8. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

5.8.1. Será utilizado como base de cálculo, para fins de aplicação dos percentuais de insalubridade, o salário mínimo nacional, salvo outra forma mais benéfica para os trabalhadores como, por exemplo, o que estiver disposto nas Convenções, Acordos e Dissídios Coletivos.

5.8.2. Nas convenções coletivas dos coletores prevê o pagamento de insalubridade sobre o salário base da categoria, parâmetro usado na planilha orçamentária.

5.8.3. Grau de insalubridade para a coleta de resíduos sólidos urbanos: O Anexo XIV da NR 158 – Atividades e Operações Insalubres estabelece insalubridade em grau máximo (40%) para trabalho ou operações em contato permanente com lixo urbano (coleta e industrialização), de acordo com a Convenção Coletiva. A convenção coletiva dos coletores de lixo urbano, prevê que a insalubridade será em grau máximo.

5.8.4. O grau de insalubridade para o motorista de caminhão é de 20%, conforme cláusula vigésima segunda da CCT.

5.9. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO

5.9.1. A Convenção Coletiva de Trabalho fixará o valor do ticket alimentação.

5.9.2. A CCT dos coletores fixa o valor mensal, com a participação do trabalhador em R\$ 1,00 descontado (cláusula décima segunda).

5.9.3. A CCT dos motoristas, na cláusula décima primeira, prevê o valor do auxílio diário, após a aplicação do índice de 8,5% num total de 25 ticket/mês sendo descontado o valor de R\$ 1,00 por funcionário Ainda é fornecido o auxílio lanche para os trabalhadores com carga horário semanal maior de 36h.

5.9.4. O benefício será concedido no período de férias, conforme prevê a CCT.

5.10. VALE TRANSPORTE

5.10.1. O município disponibiliza o transporte gratuitamente pelo Transkennedy.

5.11. AUXÍLIO SAÚDE E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

5.11.1. O plano deverá seguir as normas da ANS, principalmente em relação à cobertura mínima. Ainda, deverá (Agência Nacional de Saúde Suplementar) observar a previsão do auxílio saúde nas convenções coletivas de trabalho, em especial ao limite da coparticipação.

5.11.2. A CCT prevê o custeio do auxílio saúde em percentual, com a coparticipação do empregado no percentual de 35 % para a categoria motorista (CLÁSULA DÉCIMA TERCEIRA MOTORISTA) e até 35 % para os coletores (CLÁSULA DÉCIMA QUARTA COLETOR), será adotada a estimativa compatível com os percentuais convencionais. Base de cálculo utilizada:

- FÓRMULA: $341,79 + 501,50 + 658 = 1.501,87 / 3 = 500,62$ (aplicando 35% conforme a CCT 2025/2026) = 175,22 - (motorista)
- FÓRMULA: $179,89 + 205,53 + 269,91 = 655,33 / 3 = 218,44$ (aplicando 35% conforme a CCT2025) = 76,45 (coletor)

5.11.3. Com base no levantamento do quantitativo e faixa etária dos funcionários do contrato administrativo vigente foi apurada a média.

5.11.4. Será concedido após o vencimento do contrato de experiência, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

5.11.5. O valor do benefício se encontra fixado na CCT.

5.12. SEGURO DE VIDA

5.12.1. A convenção coletiva de trabalho irá garantir aos trabalhadores o apólice de seguro de vida. O valor é expresso na CCT.

5.13. ENCARGOS SOCIAIS

5.13.1. Os Encargos Sociais serão aqueles oriundos na Consolidação das Leis Trabalhistas, na Constituição Federal, em Leis específicas e nas Convenções Coletivas de Trabalho.

5.14. Depreciação

5.14.1. Calcula-se a depreciação do bem pela subtração de seu valor, ou custo, de aquisição o valor residual do mesmo dividindo pela vida útil em meses.

$$\text{Quota de depreciação mensal} = \frac{\text{valor de aquisição} - \text{valor residual}}{\text{Vida útil em meses}}$$

5.14.2. A definição da vida útil de 5 (cinco) anos para caminhões compactadores de lixo está baseada em aspectos técnicos, operacionais e econômicos, considerando as condições de uso a que esse tipo de equipamento é submetido:

- a)** Intensidade da operação: Os caminhões compactadores são utilizados em regime severo, com funcionamento diário, longas jornadas e elevada frequência de paradas e partidas, o que acelera o desgaste do motor, transmissão, sistema hidráulico e freios.
- b)** Ambiente de trabalho agressivo: O contato constante com resíduos sólidos urbanos expõe o veículo e a carroceria compactadora a agentes corrosivos e contaminantes, aumentando a deterioração estrutural e reduzindo a vida útil da lataria, do sistema hidráulico e de peças metálicas.
- c)** Alto índice de manutenção: Após cerca de 5 anos de uso contínuo, os custos com manutenção corretiva e preventiva tendem a se elevar significativamente, impactando diretamente a economicidade da operação.
- d)** Obsolescência tecnológica e segurança: A rápida evolução tecnológica em eficiência energética, controle de emissões e sistemas de segurança faz com que, após 5 anos, os caminhões compactadores estejam defasados em relação às normas ambientais e de segurança operacional.
- e)** Parâmetros de referência: Estudos de órgãos públicos de saneamento, manuais de fabricantes e práticas de mercado estabelecem entre 4 a 6 anos como horizonte de vida útil econômica para caminhões compactadores. Dessa forma, a adoção de 5 anos representa um critério técnico equilibrado.

5.15. Remuneração de capital

5.15.1. A Base de cálculo da remuneração de capital adota-se a taxa SELIC que está em 15% ao ano, o calculo será feito seguindo as seguintes fórmulas:

Jm = remuneração de capital mensal;

Im = investimento médio;

i = taxa de juros do mercado (admite-se adotar a taxa SELIC)

V0 = valor inicial do bem;

Vr = valor residual do bem; n = vida útil do bem em anos.

5.16. Impostos e Seguros

5.16.1. Custos referentes ao licenciamento de veículos:

- a)** imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA);
- b)** Expedição do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRVL).

5.16.2. Seguro contra terceiros: considerando que o Executivo Municipal, que é o contratante do serviço, é também responsável em caso do prestador de serviço eventualmente causar algum dano a terceiros, principalmente em se tratando de danos pessoais. É recomendável que, nos editais, seja incluída a obrigatoriedade da contratação do seguro contra terceiros, e a respectiva provisão de recursos na planilha orçamentária. Para fins de estabelecimento de parâmetros, a cobertura de seguros contra terceiros, deve contemplar uma cobertura de, no mínimo, 150mil reais de danos materiais e 200mil reais de danos corporais.

5.17. Quilometragem dos roteiros de coleta de RSU

5.17.1. Esta quilometragem deve ser estabelecida para cada rota de coleta considerando o número de viagens no roteiro de coleta por turno; a frequência, se contínua ou alternada por dias da semana; Distância entre a garagem e o centro do percurso de coleta; Distância entre o percurso de coleta e o ponto de descarga dos resíduos; Distância entre o ponto de descarga e a garagem; e percurso de coleta.

5.17.2. São dois turnos: 1 pela manhã e 1 a tarde. Sendo 2 equipes no turno matutino, e 1 equipe na vespertina. Considera-se em cada equipe 2 caminhões, um compactador e o outro baú.

5.17.3. As rotas alternam a cada semana para atender todas as localidades, tendo em vista que algumas dessas localidades não produzem grande quantidade de lixo.

5.17.4. A Unidade Municipal de Transbordo, é localizada em Santana Feliz.

5.17.5. O percurso de cada roteiro será definido pelas localidades já informadas no Item **5.4.3** deste Termo de Referência.

5.17.6. O município possui grande área territorial, sendo de 594,897km², em sua maioria zona rural, a quilometragem média percorrida por turno é de aproximadamente 100 km, parâmetro este que servirá como referência para o planejamento e dimensionamento das atividades de coleta.

5.18. Manutenção

5.18.1. A previsão da remuneração dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota será de 12% do valor do veículo ao ano/12meses, conforme metodologia adotada pela Secretaria Municipal de Transporte e Frota.

5.19. CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS

5.19.1. CUSTOS INDIRETOS: Os custos indiretos refere aos custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com a sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de contrato. No cálculo dos valores limites para os serviços de vigilância e limpeza foram estabelecidos os percentuais de 6% e 3% respectivamente. Os custos indiretos são calculados mediante incidência daqueles percentuais sobre o somatório da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas.

5.19.2. LUCRO: Lucro é o ganho decorrente a exploração de atividade econômica. calculado mediante incidência percentual sobre a remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas e custos indiretos. No cálculo dos valores limites dos serviços de vigilância e limpeza foi estabelecido o percentual de 6,79%.

5.19.3. IMPOSTOS: Conforme TCE/ES, os tributos que incidem sobre o faturamento (receita bruta), de um serviço de coleta de resíduos compreendem o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

5.19.4. ISS: Conforme consta no art. 156, inciso III, da Constituição Federal, o ISS é de competência dos municípios e do Distrito Federal e tem como fato gerador a prestação de serviços definidos na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

5.19.5. Em contratações de serviços públicos, duas questões devem ser verificadas pela Administração Pública para o cálculo da incidência do ISS na prestação de serviços: a definição do local onde o serviço será prestado e a definição da base de cálculo e da alíquota a ser considerada no faturamento do serviço prestado, de acordo com a legislação municipal vigente. De acordo com o que consta na lei municipal nº 21/2019, a alíquota de ISS fica estabelecida em 5%.

5.19.6. PIS/COFINS: A legislação tributária estabelece que essas contribuições têm como base de cálculo a receita bruta ou o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente de sua denominação ou classificação contábil (arts. 2º e 3º da Lei 9.718/1998 e art. 1º da Lei 10.833/2003). Será aplicada a alíquota de 1,65% no PIS, conforme Lei 10.637/02.

5.19.7. O COFINS terá aplicação de alíquota em 7,6%, conforme prevê a Lei nº 10.833/2003 – Código Tributário Federal.

5.19.8. Registra-se que na planilha de custos os custos indiretos, tributos e lucro referente ao mês de trabalho é apresentada no módulo 6.

5.19.9. No que concerne a segunda planilha sobre os custos indiretos, essa trata do dia do trabalhador - mês de maio.

5.20. BDI - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

5.20.1. Para fins de estimativa de custos da contratação, adotou-se a aplicação de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de forma segregada entre os componentes de mão de obra e de veículos/equipamentos.

5.20.2. Tal metodologia decorre da distinta natureza dos custos envolvidos, uma vez que a mão de obra possui composição própria, com elevada incidência de encargos sociais e trabalhistas já incorporados ao custo direto, reduzindo o impacto relativo das despesas indiretas.

5.20.3. Por outro lado, os veículos e equipamentos apresentam estrutura de custos marcada por fatores como depreciação, manutenção corretiva e preventiva, consumo de combustível, seguros e riscos operacionais, além de maior exposição à ociosidade e variações de mercado, o que justifica a adoção de BDI em patamar distinto.

5.20.4. A aplicação de BDI único sobre todos os insumos poderia gerar distorções na formação do preço, com potencial superavaliação da mão de obra ou subavaliação dos custos associados aos equipamentos, comprometendo o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

5.21. MEDIÇÃO E FATURAMENTO DOS SERVIÇOS

5.21.1. O pagamento pela execução dos serviços de coleta orgânica e seletiva será feito mensalmente, de acordo com as equipes disponibilizadas/fornecidas. A medição dos serviços, para efeito de faturamento e cobrança, será efetuada com base nas equipes fornecidas (motorista e coletores).

5.21.2. Serão monitoradas ainda, com base em sistema de GPS a efetividade da coleta, os trechos e as frequências estabelecidas, tendo sempre por base os preços contratados através do processo licitatório. Tal aferição será realizada por servidor da contratante

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7. Os fiscais do contrato acompanharão a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.1. Os fiscais do contrato anotarão no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.7.3. Os fiscais informarão aos gestores das pastas, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor da pasta.
- 6.7.5. Os fiscais deverão comunicar aos gestores das pastas, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.8. Os Fiscais coordenarão a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.9. Os Gestores das pastas acompanharão os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas.
- 6.10. Os Fiscais acompanharão a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório.
- 6.11. Os fiscais do contrato emitirão documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar em relatório.

6.12. Os Fiscais do contrato tomarão providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. Os Fiscais deverão elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14. Os Fiscais deverão enviar a documentação pertinente ao setor contábil para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.15. As medições de cada um dos serviços executados serão realizadas pela equipe de fiscalização da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e abrangerão o período a partir do primeiro dia até o último dia de cada mês.

6.16. No último dia de cada mês o quantitativo de cada um dos serviços efetivamente executados serão somados e esse somatório das quantidades obtidas serão considerados para efeito de medição e pagamento. Os pagamentos das medições aprovadas pela secretaria Municipal de Serviços Públicos ocorrerão até o 30º (trigésimo) dia após a nota fiscal dos serviços prestados, devidamente atestado pelo gestor e pelo fiscal de contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Liquidação

7.1. Após a prestação dos serviços, a empresa ou o fiscal do contrato, protocolará, juntamente com a nota fiscal e demais documentos, o requerimento de liquidação e pagamento da despesa, informando o nome/razão social do favorecido, valor a ser liquidado e pago, número do Contrato/Ata, modalidade e número da licitação, número do empenho a ser utilizado, dados da conta bancária a qual será efetivado o pagamento.

7.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.1. o prazo de validade;

7.3.2. a data da emissão;

7.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.5. o valor a pagar; e

7.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.3.7. Discriminação dos serviços/materiais;

7.3.8. Dados da conta bancária.

7.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante (o setor de liquidação da secretaria da fazenda) deverá comunicar ao fiscal de contrato quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF

Prazo de pagamento

7.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.15.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.17. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

8.1.1. Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Forma de fornecimento

8.3. O fornecimento dos serviços será parcelado conforme a demanda da solicitante.

8.4. Exigências de habilitação

8.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.5. Habilitação jurídica

8.5.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.5.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.5.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.5.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.6. Habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.6.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.3. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;

8.6.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

8.6.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

8.6.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.6.7. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.7. Qualificação Econômico-Financeira

8.7.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

8.7.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.7.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1 (um);

a) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% da soma dos valores ESTIMADOS dos lotes arrematados.

8.7.2.2. Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

8.7.2.3. O exercício social torna-se exigível:

I. Após o último dia do mês de MAIO do ano subsequente, para as Licitantes que utilizam a contabilidade digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

II. Após o último dia do mês de ABRIL do ano subsequente, para as demais licitantes.

8.7.2.4. Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

8.7.2.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, poderão ser apresentados de forma cumulativa, quando a informação do último exercício, constar os dois períodos.

8.7.2.6. A autenticação/validação do Balanço Patrimonial podem ser comprovadas por meio de registro na junta comercial respectiva, por intermédio do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital ou SICAF.

8.7.2.7. O Balanço Patrimonial ASSINADO DIGITALMENTE, para fins de autenticação, poderá conter a página de assinatura eletrônica, bem como o seu respectivo código de verificação, de modo que a Comissão consiga visualizá-lo e validá-lo.

a) A Equipe de Apoio poderá prover diligência a fim de validar/autenticar o Balanço Patrimonial.

8.8. Comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

8.8.1. Enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e que deseja obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

OU

8.8.2. Caso seja enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>>).

8.8.3. Caso ocorra a apresentação de declaração falsa a referida Empresa/Microempresa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

8.9. Capacidade Técnica

8.9.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento do(s) objeto(s) licitado(s), mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, preferencialmente em papel timbrado, firmada por pessoa jurídica, públicas e/ou privada, que sendo clientes da licitante, atestem a capacidade da mesma para proceder o fornecimento do(s) objeto(s) licitado(s) discriminando o teor da contratação (com identificação e endereço da pessoa jurídica emitente, nome e cargo do signatário).

8.10. Infrações e Sanções Administrativas

8.10.1. O Secretário da Pasta designará servidor competente a fim de tomar providências para a formalização de processos administrativos de responsabilização para fins de aplicação de sanções, em caso de ocorrerem uma ou mais infrações entre aquelas descritas no art. 155 da Lei 14.133/2021, devendo adotar as regras e procedimentos descritos nos artigos 156 a 163, no que couber.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.925.689,44

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.925.689,44 (seis milhões novecentos e vinte e cinco mil seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), conforme valores unitários descritos na Pesquisa de Preços elaborada pelo setor de Compras e anexa aos autos.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha: 0000102

I) Gestão/Unidade: 35 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

II) Fonte de Recursos: 172000000000- TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL;

III) Programa de Trabalho: 014- Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos

IV) Elemento de Despesa: 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA

V) Projeto/Atividade: 2.086 - COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, SEMI-SÓLIDOS E HOSPITALARES.

11. Para Fins de Assinatura do Contrato

11. PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

11.1. A empresa a ser contratada, no ato da assinatura do contrato, deverá comprovar capacidade técnica operacional, demonstrada por meio de atestados de execução anterior em serviços de natureza semelhante. Além disso, deverá comprovar a capacidade institucional, possuindo corpo técnico especializado, equipamentos adequados e licenças ambientais válidas. Entre os requisitos indispensáveis destacam-se:

11.1.1. Frota de veículos devidamente licenciada para transporte de resíduos sólidos urbanos;

11.1.2. Responsável técnico habilitado no CREA ou órgão equivalente;

11.1.3. Licença ambiental para exercer a atividade de coleta e transporte de resíduos urbanos junto ao IEMA;

11.1.4. Local com estrutura mínima para os funcionários e veículos realizarem manutenção básica;

11.1.5. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: MATRÍCULA: 14287

JOCIMARA BARRETO CHAVES

GERENTE DE TERMO DE REFERÊNCIA



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 09:44:23.

Despacho: SECRETARIA MUNICIPAL SERVIÇOS PÚBLICOS

YORRAN BENAYON DE ALCANTARA NOGUEIRA

ARQUITETO



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 09:55:58.

Despacho: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

MARILIA PICOLI PECCINI GIRO



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 10:13:53.

Despacho: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

JOSE ROBSON CARVALHO TEIXEIRA

Eng. Mecânico



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 09:49:00.